

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE MAIO DE 1999**

*Senhor Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado; Senhor Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara; Senhores Ministros da Educação, Paulo Renato, da Previdência, da Casa Civil, demais Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Parlamentares; Senhoras Líderes; Senhores Líderes; Senhoras e Senhores,*

O Ministro Paulo Renato, mais uma vez, com tranquilidade, precisão e objetividade respondeu às demandas da sociedade, num âmbito específico do seu Ministério: a questão do crédito educativo, que é candente. O número tão expressivo de parlamentares que se organizaram em defesa do Crédito Educativo é uma demonstração disso. Mas o que é importante é o fato de que esse atendimento se faz não apenas porque há uma demanda, e que foi aumentada, agora, para a questão da reforma da Previdência, mas porque há um projeto, há uma programação nesse sentido. E essa programação, no que diz respeito ao Crédito Educativo, se impõe pelas razões que o Ministro explicou.

Não podemos fazer face ao desenvolvimento educacional no Brasil se não contarmos com a cooperação das instituições privadas. E as

instituições privadas, na sua imensa maioria, não podem fazer face aos custos crescentes do ensino. Obrigações, essas, sim, iniludíveis para com a Previdência Social, se não houver também compreensão do financiamento para que estudantes que não têm recursos possam ter acesso a essas escolas.

Trata-se de um financiamento. Na verdade, o Ministro explicou bem a engenhosidade da área econômica e da Caixa Econômica também, no sentido de viabilizar esse financiamento. Mas não se trata, simplesmente, de recursos que seriam para o setor público que estão indo para o setor privado. É outra coisa. É a facilitação, por parte do poder público, para que haja acesso às escolas privadas por parte daqueles que não têm condições econômicas de ascender a elas e que não podem ascender à escola pública, visto que a escola pública não atende a toda a demanda hoje existente na sociedade. Não vai poder atender porque, graças àquilo que eu tenho chamado sempre de “revolução silenciosa”, que o meu governo está fazendo na educação, estamos aumentando, mas, violentamente, a demanda, primeiro nas escolas primárias, depois diminuindo a evasão nas escolas, depois no sistema secundário, agora no sistema universitário. Nisso vai um fluxo crescente de demanda, e seria insensato não haver uma coordenação entre o setor público e o setor privado para o atendimento do interesse do país, que é dar educação de boa qualidade e, o quanto possível, a todos aqueles que demandam educação. Trata-se disso.

E o Ministro está respondendo com essa medida – que acabei de assinar e que ele me propôs, depois de vários estudos – a uma inquietação grande, não só no Parlamento, mas nas famílias, que ficavam com o desespero de não saber se poderiam custear a educação de seus filhos. De modo que, realmente, se trata de uma medida necessária.

Ressaltou bem o ministro, também, que essa medida necessária se faz num contexto de uma situação do Brasil, onde ainda não dispomos das condições de equilíbrio fiscal suficientes para que o Governo possa atender, com largueza, a todas as demandas da sociedade.

O governo não vai perder de vista, nunca, a sua responsabilidade, no que diz respeito ao ajuste fiscal. Esse é que vai garantir a possibili-

dade da continuidade do crescimento econômico, da diminuição da taxa de juros beneficiando, portanto, os próprios estudantes que, mais tarde, poderão ter taxas de juros mais adequadas. Mas eu disse, diante de tantas críticas – e é tão fácil criticar –, que, a despeito do esforço imenso que estaríamos fazendo, iríamos preservar as áreas sociais, dentro do possível, dos ajustes que seríamos obrigados a executar. É o que está ocorrendo. Se os Senhores e as Senhoras tiverem a paciência de ver o esforço feito, nas áreas já mencionadas, sobretudo de saúde, de educação, de previdência – com a Loas–Lei Orgânica da Previdência Social, inclusive – que é o atendimento aos mais velhos, o atendimento às crianças em condições de trabalho penoso, a bolsa-escola, enfim, uma enorme quantidade que se poderia chamar de programas universais de atendimentos sociais. E mais uma rede de proteção social para as camadas mais vulneráveis. Se se verificasse o que está acontecendo, verificariam a veracidade das minhas palavras.

Estamos promovendo um ajuste fiscal. Enfrentamos uma das maiores crises financeiras, não só do Brasil, mas da economia contemporânea. Estamos conseguindo, ao mesmo tempo, preservar aquilo que é fundamental, que é a pessoa humana, que é o bem-estar da população. Não se faz de imediato nem tudo é atendido da maneira que se gostaria, mas faço um esforço, um esforço contínuo nessa direção, porque o Governo tem compromisso social e tem compromisso com a população, com as pessoas. E isso é preciso sublinhar.

Esses esforços são feitos levando sempre em consideração tanto as necessidades gerais de estabelecimento do equilíbrio fiscal como levando em consideração também o que existe de fundamental na população e não perder de vista que estamos aqui numa Nação e não num mercado. E é bom que se diga que essa é a preocupação permanente do Governo. Até mesmo quando, levemente, alguns imaginam que o Governo ter-se-á embrenhado em assuntos privados quando, na verdade, estava defendendo o interesse público com energia e ter, com a serenidade que nos caracteriza, com a tranqüilidade do dever cumprido, com, eu até diria, a satisfação de dizer que chego aos 68 anos tendo toda uma vida de trabalho e que nunca –

friso – nunca tive qualquer coisa, a mais remota, que pudesse criar suspeição de algum interesse no exercício do cargo público que não fosse o povo, que não fosse o meu país. Nunca.

Com essa mesma tranqüilidade que tenho, temos que levar adiante as transformações do Brasil, sem temer, sem confundir as coisas, porque houve um grito aqui ou uma interpretação leviana acolá. E é leviana a interpretação quando ela toma a parte e não mostra o todo, não mostra o contexto, quando ela pega o fragmento e transforma o fragmento numa coisa desproporcionadamente grande. Como sou cientista social, quando faço as exegeses de textos, e algum aluno meu fizesse isso, eu o reprovava por ser ou incompetente ou imoral, ou estar burlando ou não ter a capacidade de entender do que se trata.

Mas como não sou mais professor, sou apenas Presidente da República, quase sempre calo. E, quando calo, não calo porque consenti, não calo porque concordei, não calo porque temi. Calo porque sei a responsabilidade do meu cargo, do cargo em que o povo me pôs aqui por duas vezes já. Calo porque, muitas vezes, é mais fácil vociferar do que atuar. E nós estamos atuando. Atuando, transformando, fazendo o Brasil progredir.

Por vezes, há quem confunda até mesmo a Constituição, até mesmo institutos tão importantes quanto o *impeachment*, com uma transgressão de Código de Trânsito e, a toda hora, tomam multa, multa, multa. Meu Deus! Há limites. Há limites na paciência nacional ao ver a leviandade com que certos setores do país e da oposição se comportam diante de fatos que são tranqüilos, serenos, que podem ser julgados, podem ser criticados e podem até estar errados, mas que não podem ser objeto de utilização pela paixão política. E, muito menos, pela voracidade de mercado, que faz esquecer que nós estamos numa Nação.

Hoje, o que aqui se está discutindo é uma questão que é da educação, que é o atendimento a uma demanda da sociedade. Quero terminar recordando que não há nada – não só no governo, na vida – que se mantenha no longo prazo, que responda ao julgamento tranqüilo

da História, que não tenha fundamento moral. Sem moral não há progresso.

Orgulho-me de dizer que este governo é um governo de moral, que este governo é um governo que, dentro do possível, das condições – que diz que é necessário, que mostrou que é necessário – cumpre o seu programa. E cumpre da maneira mais transparente que é possível e sempre que possível. É um governo que, por isso mesmo, tem na moral o seu fundamento. Não pode transigir com as levandades, com as interpretações malévolas, com as insinuações, com as distorções, seja lá de quem for, mas muito menos ainda, quando se trata de interpretações, distorções, alevisias sobre o Presidente da República. Quando se tenta banalizar a apropriação da privacidade de alguém, simplesmente para fazer barulho. E outros se aproveitam disso como um ensejo para banalizar um instrumento constitucional da maior respeitabilidade, transformando ou querendo transformar este país numa terra sem lei, sem justiça, sem audiência pública dos interesses em jogo, sem responsabilidade.

Espero que, com essas bolsas, que são muitas – muitas outras virão –, possamos formar cidadãos que tenham, realmente, o compromisso moral mais forte do que aquele que até hoje foi possível alcançar em muitos dos nossos costumes. E que esse compromisso moral não seja apenas uma hipocrisia, não seja apenas uma apelação pseudo-ética para disfarçar a falta de capacidade de reconhecer o imenso esforço que está sendo feito neste país, no dia-a-dia. Não por mim apenas, não pelos ministros apenas, não pelos parlamentares apenas, mas por essa sociedade inteira, que tem que se orgulhar de si, tem que se sentir como uma sociedade capaz, como foi capaz, ainda há pouco, de enfrentar desafios econômicos grandes, capaz de enraizar a democracia e de separar o que é abuso do que é crítica, o que é verdade do que é suspeita que tem fundamento, da suspeita que não tem nenhum.

Tenho certeza de que um único caminho nos levará a evitar que, no futuro, pessoas de boa-fé, pessoas trabalhadoras, pessoas que têm sua vida dedicada, sejam postas no pelourinho, simplesmente

pelas razões já alegadas aqui por mim. Só há um caminho para isso: é mais educação, mais educação, mais educação. Não vai bastar o crescimento econômico. Não vai bastar a distribuição de renda. Mais educação e educação inspirada pela noção fundamental que é a consciência do que se está fazendo e uma forte motivação moral que não confunda nunca o interesse particular com o interesse público.

E isso vale não só para quem exerce funções públicas. Vale também para aqueles que criticam as funções públicas, que não devem confundir seus interesses particulares, porventura existentes, por justos que sejam, com o julgamento dos homens públicos.

O Ministro Paulo Renato é um grande ministro. Tem o meu aplauso.